Segunda-feira, 2 de novembro de 2026

II Série
Número 210

BOLETIM OFICIAL

PARTE B

ASSEMBLEIA NACIONAL
Direcção de Serviço Administrativo e Financeiros
Extrato de Contrato de Trabalho n.º 103/2026
Contratando, a termo certo, Ariana Mellany Silva Semedo para exercer as funções de Apoio Operacional, Nível III, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional. 3

Extrato de Contrato de Trabalho n.º 104/2026
Contratando, a termo certo, Jéssica Maguy Frederico da Veiga para exercer as funções de Apoio Operacional, Nível III, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional. 4

Extrato de Contrato de Trabalho n.º 105/2026
Contratando, a termo certo, Carla Sofia Soares de Carvalho Sanches para exercer as funções de Apoio Operacional, Nível I, ex-Ajudante de Serviços Gerais, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional. 5

Extrato de Contrato de Trabalho n.º 106/2026
Contratando, a termo certo, Tatiana Celisa Mendonça Monteiro para exercer as funções de Apoio Operacional, Nível IV, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional. 6

Extrato de Contrato de Trabalho n.º 107/2026
Contratando, a termo certo, Melissa Inês Pires Tavares para exercer as funções de Assistente Técnica, Nível VI, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional. 7

Aviso n.º 34/2026
Rescindindo o contrato de trabalho a termo certo de Melissa Inês Pires Tavares, Pessoal de Apoio Operacional, Nível VI, ex-Assistente Administrativa, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV. 8

Retificação n.º 145/2026
Retificando a publicação feita de forma inexatano Boletim Oficialn.º 191, II Série,de 06 de outubro, referente ao Despacho Substituição n.º 08/XI/2026. 9

PARTE C

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção Nacional da Polícia Judiciária

Extrato do Despacho Conjunto n.º 226/2026

Concedendo Licença sem Vencimento, pelo período de dois anos, para o exercício de funções em organismo internacional, a Dilma Cristina Rodrigues da Cruz, Inspetora da Polícia Judiciária. 10

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 70/2026

Concedendo Licença sem Vencimento, por um período de até (90) noventa dias, a Maria Auxiliadora Sousa Lopes Oliveira, Apoio Operacional Nível I, do Quadro de Pessoal da Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, afeta ao Hospital Dr. Baptista de Sousa. 11

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Extrato do Despacho n.º 1597/2026

Dando por finda a comissão de serviço de António Tavares Andrade, no cargo de Delegado do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas na Delegação da Boavista. 12

Extrato do Despacho n.º 1598/2026

Dando por finda a comissão de serviço de Teresa Silva Tavares, no cargo de Delegada do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas na Delegação do Maio. 13

Extrato do Despacho n.º 1599/2026

Autorizando o regresso ao quadro de António Tavares Andrade, Técnico Nível I, contratado por tempo indeterminado no Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação da Boa Vista, que se encontrava em comissão ordinária de serviço como Delegado do Ministério na ilha da Boa Vista. 14

Extrato do Despacho n.º 1600/2026

Autorizando o regresso ao quadro de Teresa Silva Tavares, Técnica Nível II, contratada por tempo indeterminado no Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação do Maio, que se encontrava em comissão ordinária de serviço como Delegada do Ministério na ilha do Maio. 15

Extrato do Despacho n.º 1601/2026

Nomeando, em comissão ordinária de serviço, Kevin Bruno Espirito Santo Tomar para exercer as funções de Delegado do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação da Boavista. 16

Extrato do Despacho n.º 1602/2026

Nomeando, em comissão ordinária de serviço, Lucélia Manuela Silva Rosa para exercer as funções de Delegada do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação do Maio. 17

PARTE D

MINISTÉRIO PÚBLICO

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Extrato da Deliberação n.º 028/CSMP/2026/2027

Nomeando definitivamente, no cargo de Oficial de Diligências do Quadro das Secretarias do Ministério Público, os Oficiais de Diligências aprovados em estágio probatório. 18

PARTE E

AGÊNCIA REGULADORA MULTISSETORIAL DA ECONOMIA - ARME

Conselho de Administração

Deliberação n.º 47/CA/2026

Atualização de preços dos produtos petrolíferos – mês de novembro/2026. 19

ASSEMBLEIA NACIONAL
Direcção de Serviço Administrativo e Financeiros

Extrato de Contrato de Trabalho n.º 103/2026

Sumário: Contratando, a termo certo, Ariana Mellany Silva Semedo para exercer as funções de Apoio Operacional, Nível III, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional.

De 26 de outubro de 2026

Ariana Mellany Silva Semedo, contratada para exercer as funções de Apoio Operacional Nível III, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, na Assembleia Nacional, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 67.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de janeiro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 48.º, alínea c) do n.º 1 do artigo 48.º, alínea c) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 52.º, alínea e) do n.º 2 do artigo 55.º e artigo 35.º da Lei n.º 74/IX/2020, de 2 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 123/IX/2021, de 15 de abril, e pela Lei n.º 2/XI/2026, de 1 de setembro, e com os artigos 360.º e 369.º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de outubro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2016, de 3 de fevereiro, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2026.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.03 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

(Isento de visto do Tribunal de Contas)

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 29 de outubro de 2026. — O Secretário-Geral, *Nilton Filipe Fernandes dos Reis.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato de Contrato de Trabalho n.º 103/2026

ASSEMBLEIA NACIONAL
Direcção de Serviço Administrativo e Financeiros

Extrato de Contrato de Trabalho n.º 104/2026

Sumário: Contratando, a termo certo, Jéssica Maguy Frederico da Veiga para exercer as funções de Apoio Operacional, Nível III, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional.

De 26 de outubro de 2026

Jéssica Maguy Frederico da Veiga, contratada para exercer as funções de Apoio Operacional Nível III, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, na Assembleia Nacional, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 67.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de janeiro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 48.º, alínea c) do n.º 1 do artigo 48.º, alínea c) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 52.º, alínea e) do n.º 2 do artigo 55.º e artigo 35.º da Lei n.º 74/IX/2020, de 2 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 123/IX/2021, de 15 de abril, e pela Lei n.º 2/XI/2026, de 1 de setembro, e com os artigos 360.º e 369.º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de outubro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2016, de 3 de fevereiro, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2026.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.03 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

(Isento de visto do Tribunal de Contas)

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 29 de outubro de 2026. — O Secretário-Geral, *Nilton Filipe Fernandes dos Reis.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato de Contrato de Trabalho n.º 104/2026

ASSEMBLEIA NACIONAL
Direcção de Serviço Administrativo e Financeiros

Extrato de Contrato de Trabalho n.º 105/2026

Sumário: Contratando, a termo certo, Carla Sofia Soares de Carvalho Sanches para exercer as funções de Apoio Operacional, Nível I, ex-Ajudante de Serviços Gerais, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional.

De 26 de outubro de 2026

Carla Sofia Soares de Carvalho Sanches, contratada para exercer as funções de Apoio Operacional Nível I, ex-Ajudante de Serviços Gerais, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 67.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de janeiro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 48.º, alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 52.º, alínea e) do n.º 2 do artigo 55.º e artigo 35.º da Lei n.º 74/IX/2020, de 2 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 123/IX/2021, de 15 de abril, e pela Lei n.º 2/XI/2026, de 1 de setembro, e com os artigos 360.º e 369.º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de outubro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2016, de 3 de fevereiro, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2026.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.03 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

(Isento de visto do Tribunal de Contas)

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 29 de outubro de 2026. — O Secretário-Geral, *Nilton Filipe Fernandes dos Reis.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato de Contrato de Trabalho n.º 105/2026

ASSEMBLEIA NACIONAL
Direcção de Serviço Administrativo e Financeiros

Extrato de Contrato de Trabalho n.º 106/2026

Sumário: Contratando, a termo certo, Tatiana Celisa Mendonça Monteiro para exercer as funções de Apoio Operacional, Nível IV, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional.

De 26 de outubro de 2026

Tatiana Celisa Mendonça Monteiro, contratada para exercer as funções de Apoio Operacional Nível IV, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 67.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de janeiro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 48.º, alínea d) do n.º 1 e n.º 5 do artigo 52.º, alínea e) do n.º 2 do artigo 55.º e artigo 35.º da Lei n.º 74/IX/2020, de 2 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 123/IX/2021, de 15 de abril, e pela Lei n.º 2/XI/2026, de 1 de setembro, e com os artigos 360.º e 369.º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de outubro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2016, de 3 de fevereiro, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2026.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.03 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

(Isento de visto do Tribunal de Contas)

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 29 de outubro de 2026. — O Secretário-Geral, *Nilton Filipe Fernandes dos Reis.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato de Contrato de Trabalho n.º 106/2026

ASSEMBLEIA NACIONAL
Direcção de Serviço Administrativo e Financeiros

Extrato de Contrato de Trabalho n.º 107/2026

Sumário: Contratando, a termo certo, Melissa Inês Pires Tavares para exercer as funções de Assistente Técnica, Nível VI, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional.

De 26 de outubro de 2026

Melissa Inês Pires Tavares, contratada para exercer as funções de Assistente Técnica Nível VI, ex-Assistente Administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 67.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de janeiro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 48.º, alínea f) do n.º 1 e n.º 7 do artigo 51.º, alínea e) do n.º 2 do artigo 55.º e artigo 35.º da Lei n.º 74/IX/2020, de 2 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 123/IX/2021, de 15 de abril, e pela Lei n.º 2/XI/2026, de 1 de setembro, e com os artigos 360.º e 369.º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de outubro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2016, de 3 de fevereiro, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2026.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.03 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

(Isento de visto do Tribunal de Contas)

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 29 de outubro de 2026. — O Secretário-Geral, Nilton Filipe Fernandes dos Reis.

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato de Contrato de Trabalho n.º 107/2026

ASSEMBLEIA NACIONAL
Direcção de Serviço Administrativo e Financeiros

Aviso n.º 34/2026

Sumário: Rescindindo o contrato de trabalho a termo certo de Melissa Inês Pires Tavares, Pessoal de Apoio Operacional, Nível VI, ex-Assistente Administrativa, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV.

Melissa Inês Pires Tavares, contratada a termo certo para exercer o cargo de pessoal de apoio operacional nível VI, ex-assistente administrativa, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, é rescindido o referido contrato, nos termos da alínea a) do artigo 35.º da Lei n.º 74/IX/2020, de 2 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 123/IX/2021, de 15 de abril, e pela Lei n.º 2/XI/2026, de 1 de setembro, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2026.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 26 de outubro de 2026. — O Secretário-Geral, *Nilton Filipe Fernandes dos Reis.*

A2026/S2/BO210/34234 | Aviso n.º 34/2026

ASSEMBLEIA NACIONAL

Retificação n.º 145/2026

Sumário: Retificando a publicação feita de forma inexata no Boletim Oficial n.º 191, II Série, de 06 de outubro, referente ao Despacho Substituição n.º 08/XI/2026.

Por ter sido publicado de forma inexata no Boletim Oficial n.º 191, II Série, de 06 de outubro o Despacho Substituição n.º 08/XI/2026, retifica-se o mesmo na parte que interessa:

Onde se lê:

"Ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 12.º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4.º, 5.º e n.º 2 do artigo 6.º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do MPD, o pedido de substituição temporária do mandato da Deputada Irene Nadir Fortes Ferreira Bento, candidata eleita na lista do MPD, pelo Círculo Eleitoral de São Vicente, pela candidata não eleita da mesma lista, Senhora, Dirce Lena dos Santos Henrique".

Deve ler-se:

Ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 12.º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4.º, 5.º e n.º 2 do artigo 6.º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do MPD, o pedido de substituição temporária do mandato da Deputada Irene Nadir Fortes Ferreira Bento, candidata eleita na lista do MPD, pelo Círculo Eleitoral de São Vicente, pela candidata não eleita da mesma lista, Senhora, Dirce Lena dos Santos Henriques da Luz.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 22 de outubro de 2026. — O Secretário Geral, *Nilton Filipe Fernandes dos Reis.*

A2026/S2/BO210/34234 | Retificação n.º 145/2026

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Direção Nacional da Polícia Judiciária

Extrato do Despacho Conjunto n.º 226/2026

Sumário: Concedendo Licença sem Vencimento, pelo período de dois anos, para o exercício de funções em organismo internacional, a Dilma Cristina Rodrigues da Cruz, Inspetora da Polícia Judiciária.

Extrato do Despacho Conjunto do Ministro da Justiça e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades

De 9 de setembro de 2026

Ao abrigo do disposto na alínea e), n.º 1, artigo 45.º, alínea a) do artigo 60.º e artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, que estabelece o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários da Administração Pública, é concedida licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo internacional pelo período de dois anos a Dilma Cristina Rodrigues da Cruz, Inspetora da Polícia Judiciária, com efeitos a partir da publicação no Boletim Oficial.

O Departamento de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial, na Praia, aos 30 de outubro de 2026. — O Diretor de DRHFP, *Paulo de Brito Lopes.*

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 70/2026

Sumário: Concedendo Licença sem Vencimento, por um período de até (90) noventa dias, a Maria Auxiliadora Sousa Lopes Oliveira, Apoio Operacional Nível I, do Quadro de Pessoal da Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, afeta ao Hospital Dr. Baptista de Sousa.

De 20 de outubro de 2026

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março, alterada pela Lei n.º 49/X/2025, de 7 de abril, conjugado com o n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, é concedida licença sem vencimento, até noventa dias, à funcionária Maria Auxiliadora Sousa Lopes Oliveira, Apoio Operacional Nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, afeta ao Hospital Dr. Baptista de Sousa.

O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de outubro de 2026.

A Diretora Geral, *Jamira Duarte.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato do Despacho n.º 70/2026

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS
Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Extrato do Despacho n.º 1597/2026

Sumário: Dando por finda a comissão de serviço de António Tavares Andrade, no cargo de Delegado do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas na Delegação da Boavista.

Extrato do Despacho de Sua Excelência a Ministra da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

De 28 de outubro de 2026

Considerando que António Tavares Andrade foi nomeado, em comissão de serviço, para exercer o cargo de Delegado do então Ministério da Agricultura e Ambiente na Delegação de Boavista;

Atendendo a que o Decreto-Lei n.º 38/2026, de 29 de julho, redefiniu a estrutura orgânica do Governo, determinando, consequentemente, a extinção do Ministério da Agricultura e Ambiente e a criação do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas;

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d), do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, conjugado com os artigos 32.º, n.º 1, alínea l), e 36.º, alínea l), do Decreto-Lei n.º 38/2026, de 29 de julho, determina-se o seguinte:

É dada por finda a comissão de serviço de António Tavares Andrade no cargo de Delegado do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas na Delegação da Boavista, com fundamento na reorganização decorrente da nova estrutura governamental, na necessidade de imprimir uma nova orientação à gestão do serviço e de assegurar o alinhamento deste Ministério com as orientações programáticas e estratégicas do Governo.

O presente despacho produz efeitos a partir da sua publicação no Boletim Oficial.

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Praia, aos 30 de outubro de 2026. — A Diretora de Serviço, *Tatiana Vieira Pinto.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato do Despacho n.º 1597/2026

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS
Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Extrato do Despacho n.º 1598/2026

Sumário: Dando por finda a comissão de serviço de Teresa Silva Tavares, no cargo de Delegada do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas na Delegação do Maio.

Extrato do Despacho de Sua Excelência a Ministra da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

De 28 de outubro de 2026

Considerando que Teresa Silva Tavares foi nomeada, em comissão de serviço, para exercer o cargo de Delegada do então Ministério da Agricultura e Ambiente na Delegação do Maio;

Atendendo a que o Decreto-Lei n.º 38/2026, de 29 de julho, redefiniu a estrutura orgânica do Governo, determinando, consequentemente, a extinção do Ministério da Agricultura e Ambiente e a criação do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas;

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, conjugado com os artigos 32.º, n.º 1, alínea l), e 36.º, alínea l), do Decreto-Lei n.º 38/2026, de 29 de julho, determina-se o seguinte:

É dada por finda a comissão de serviço de Teresa Silva Tavares no cargo de Delegada do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas na Delegação do Maio, com fundamento na reorganização decorrente da nova estrutura governamental, na necessidade de imprimir uma nova orientação à gestão do serviço e de assegurar o alinhamento deste Ministério com as orientações programáticas e estratégicas do Governo.

O presente despacho produz efeitos a partir da sua publicação no Boletim Oficial.

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Praia, aos 30 de outubro de 2026. — A Diretora de Serviço, *Tatiana Vieira Pinto.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato do Despacho n.º 1598/2026

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS
Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Extrato do Despacho n.º 1599/2026

Sumário: Autorizando o regresso ao quadro de António Tavares Andrade, Técnico Nível I, contratado por tempo indeterminado no Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação da Boa Vista, que se encontrava em comissão ordinária de serviço como Delegado do Ministério na ilha da Boa Vista.

É autorizado o regresso ao quadro do Senhor António Tavares Andrade, Técnico Nível I, contratado por tempo indeterminado no Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação da Boa Vista, que se encontrava em comissão ordinária de serviço para exercer funções de Delegado no Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na ilha da Boa Vista, com efeito a partir de 2 de novembro de 2026.

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Praia, aos 30 de outubro de 2026. — A Diretora de Serviço, *Tatiana Vieira Pinto.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato do Despacho n.º 1599/2026

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS
Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Extrato do Despacho n.º 1600/2026

Sumário: Autorizando o regresso ao quadro de Teresa Silva Tavares, Técnica Nível II, contratada por tempo indeterminado no Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação do Maio, que se encontrava em comissão ordinária de serviço como Delegada do Ministério na ilha do Maio.

É autorizado o regresso ao quadro da Senhora Teresa Silva Tavares, Técnica Nível II, contratada por tempo indeterminado no Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação do Maio, que se encontrava em comissão ordinária de serviço para exercer funções de Delegada no Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na ilha do Maio, com efeito a partir de 2 de novembro de 2026.

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Praia, aos 30 de outubro de 2026. — A Diretora de Serviço, *Tatiana Vieira Pinto.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato do Despacho n.º 1600/2026

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS
Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Extrato do Despacho n.º 1601/2026

Sumário: Nomeando, em comissão ordinária de serviço, Kevin Bruno Espirito Santo Tomar para exercer as funções de Delegado do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação da Boavista.

Extrato do Despacho de Sua Excelência a Ministra da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

De 31 de agosto de 2026

É nomeado, o Senhor Kevin Bruno Espirito Santo Tomar, Licenciado em Gestão, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Delegado do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação da Boavista, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro e alínea b) do artigo 59.º, da Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março, alterada pela Lei n.º 49/X/2025, de 7 de abril, conjugados com o n.º 7, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 57/2021, de 29 de setembro e a alínea g), do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 46/2025, de 10 de dezembro.

O presente Despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial.

As despesas resultantes têm cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal de Quadro, no Centro de Custo 40.10.20.03.03.16.03 – Delegação de Boavista.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de outubro de 2026)

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Praia, aos 9 de setembro de 2026. — A Diretora de Serviço, *Tatiana Vieira Pinto.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato do Despacho n.º 1601/2026

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS
Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Extrato do Despacho n.º 1602/2026

Sumário: Nomeando, em comissão ordinária de serviço, Lucélia Manuela Silva Rosa para exercer as funções de Delegada do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação do Maio.

Extrato do Despacho de Sua Excelência a Ministra da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

De 31 de agosto de 2026

É nomeada a Senhora Lucélia Manuela Silva Rosa, Licenciada em Engenharia do Ambiente, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Delegada do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Delegação do Maio, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro e alínea b) do artigo 59.º, da Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março, alterada pela Lei n.º 49/X/2025, de 7 de abril, conjugados com o n.º 7, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 57/2021, de 29 de setembro e a alínea i), do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 46/2025, de 10 de dezembro.

O presente Despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial.

As despesas resultantes têm cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal de Quadro, no Centro de Custo 40.10.20.03.03.12.03 – Delegação do Maio.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de outubro de 2026)

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Praia, aos 9 de setembro de 2026. — A Diretora de Serviço, *Tatiana Vieira Pinto.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato do Despacho n.º 1602/2026

MINISTÉRIO PÚBLICO
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Extrato da Deliberação n.º 028/CSMP/2026/2027

Sumário: Nomeando definitivamente, no cargo de Oficial de Diligências do Quadro das Secretarias do Ministério Público, os Oficiais de Diligências aprovados em estágio probatório.

De 16 de setembro de 2026

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão extraordinária realizada no dia 16 de setembro de 2026, no uso das suas competências e em conformidade com as disposições combinadas dos artigos 226.º, n.º 5 da Constituição, 14.º, n.º 1, alínea h), artigos 31.º e 37.º, n.º 1, alínea h), da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público, alterada pela Lei n.º 63/X/2025, de 10 de setembro, artigos 8.º, 10.º, 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 14 de agosto, 28.º, 30.º, 31.º, 32.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 45/2025, de 10 de dezembro, que aprovou o Plano, Carreiras, Funções Remunerações (PCFR) do Pessoal Oficial de Justiça, por unanimidade, delibera:

Nomear, com efeitos a partir da publicação no Boletim Oficial, para exercerem, definitivamente, o cargo de Oficial de Diligências, do quadro das secretarias do Ministério Público, os seguintes Oficiais de Diligências aprovados em estágio probatório:

· Jassica Lopes Varela;

· Tatiana Raquel Martins Tavares;

· Verónica da Conceição Brito Monteiro;

· Ana Rosa Timas Fernandes;

· Liseth Andrade Montrond;

· Dani Mariano Monteiro Ramos;

· Mónica da Paz Teixeira;

· Adalberto Carlos Varela Monteiro.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 15 de outubro de 2026)

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, Praia, aos 26 de outubro de 2026. — O Secretário do CSMP, *Zico António Fortes Andrade.*

A2026/S2/BO210/34234 | Extrato da Deliberação n.º 028/CSMP/2026/2027

AGÊNCIA REGULADORA MULTISSETORIAL DA ECONOMIA - ARME
Conselho de Administração

Deliberação n.º 47/CA/2026

Sumário: Atualização de preços dos produtos petrolíferos – mês de novembro/2026.

De 30 de outubro de 2026

Considerando a evolução dos preços dos produtos petrolíferos no mercado internacional durante o mês de outubro de 2026 e a cotação do euro face ao dólar americano do último dia útil do mês de outubro;

Tendo em conta as disposições legais infra:

• Lei n.º 16/X/2022, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano económico de 2023, alterando as taxas de Direitos de Importação (DI) e as taxas de Imposto sobre o Consumo Especial (ICE), constantes da Pauta Aduaneira, aprovada pela Lei n.º 49/IX/2019, de 27 de fevereiro (corrigida pela Retificação n.º 25/2019, de 28 de março), relativamente à gasolina, ao gasóleo e fuel, conforme o quadro anexo III, da presente Lei do Orçamento de Estado.
• Decreto-lei n.º 19/2009, de 22 de junho, que estabelece os princípios orientadores da política de preços e a fórmula de cálculo de preços de comercialização de produtos petrolíferos em Cabo Verde.
• Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2026, de 30 de setembro, que estabelece um mecanismo excecional de fixação de preço aplicável exclusivamente ao gás butano, de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2026.
• Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2026, de 30 de outubro, que procede à primeira alteração à Resolução n.º 111/2026, de 30 de setembro, que estabelece um mecanismo excecional de fixação de preço aplicável exclusivamente ao gás butano, de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2026.
• Deliberação n.º 17/CA/2021, de 13 de maio, que aprova o Regulamento Tarifário do Setor dos Combustíveis.
• Deliberação n.º 17/CA/2022, de 23 de junho, da Agência Reguladora Multissetorial da Economia, que fixa os novos parâmetros Custo Unitário de Gestão do Sistema de Logística (CUGSL) e Margem Máxima Unitária de Distribuição e Venda a Retalho (MMUD).
• Deliberação n.º 36/CA/2024, de 31 de outubro, da Agência Reguladora Multissetorial da Economia, que determina as correções e ajustes das tarifas dos produtos petrolíferos regulados, para o ano de 2024.
• Deliberação n.º 43/CA/2024, de 31 de dezembro, da Agência Reguladora Multissetorial da Economia, que altera os valores da comissão dos agentes dos postos de abastecimento dos combustíveis do parâmetro MMUD, constante do quadro anexo à Deliberação n.º

A2026/S2/BO210/34234 | Deliberação n.º 47/CA/2026

17/CA/2022 de 23 de junho.

Considerando, ainda, que, compete à ARME proceder à fixação dos preços finais, nos termos da legislação aplicável, bem como proceder ao apuramento dos diferenciais de preços não recuperados.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 16.º do Decreto-lei n.º 50/2018, de 20 de setembro, que aprova os Estatutos da Agência Reguladora Multissectorial da Economia, conjugado com o Decreto-lei n.º 19/2009, de 22 de junho, o Regulamento Tarifário do Setor dos Combustíveis, aprovado pela Deliberação n.º 17/CA/2021, de 13 de maio, e as Resoluções n.º 95/2026, de 30 de junho, n.º 111/2026, de 30 de setembro e n.º 117/2026, de 30 de outubro, o Conselho de Administração da ARME delibera o seguinte:

Ponto único: Aprovar os novos preços máximos de venda ao consumidor final de produtos petrolíferos, conforme os quadros abaixo indicados:

NOVOS PREÇOS MÁXIMOS A VIGORAR DE 1 A 30 DE NOVEMBRO DE 2026

	BUTANO (ECV/Kg)	GASOLINA (ECV/L)	PETRÓLEO (ECV/L)	GASÓLEO NORMAL (ECV/L)	GASÓLEO ESPECIAL ELECTRICIDADE (ECV/L)	GASÓLEO ESPECIAL MARINHA (ECV/L)	FUEL 380 (ECV/Kg)	FUEL 180 (ECV/Kg)
CP	80,16	133,64	143,51	132,18	133,13	126,11	73,50	81,29
PREÇO MÁXIMO DE VENDA SEM IVA E OUTRAS TAXAS	145,46	157,42	196,05	154,34	148,63	149,09	86,85	94,68
IVA	3,63	23,61	29,41	23,15	22,29	0,00	13,03	14,20
Outras Taxas	0,33	8,25	0,27	8,28	0,28	0,28	0,33	0,33
PREÇO MÁXIMO DE VENDA ARREDONDADO	149,40	189,30	225,70	185,80	171,20	149,40	100,20	109,20

NOVOS PREÇOS MÁXIMOS A VIGORAR DE 1 A 30 DE NOVEMBRO DE 2026

	Garrafas	Preço S/IVA	IVA	Preço C/IVA	Arredondamento
BUTANO	3Kg	414,57	10,35	425,88	426,00
	6Kg	872,78	21,80	896,58	897,00
	12,5Kg	1 818,29	45,41	1 867,88	1 868,00
	55Kg	8 000,47	199,81	8 218,65	8 219,00
	Granel (Kg)	145,46	3,63	149,43	149,40

A presente deliberação entra em vigor a partir das 00:00 horas do dia 1 de novembro de 2026.

O Conselho de Administração, feita na Cidade da Praia, aos 30 de outubro do ano de 2026. — O Presidente, *Leonilde Santos* e os Administradores, *João de Pina F. Tomar* e *Carlos Ramos.*

A2026/S2/BO210/34234 | Deliberação n.º 47/CA/2026

II Série
BOLETIM OFICIAL
Registo legal, nº2/2001
de 21 de Dezembro de 2001

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer às normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-lei nº8/2011, de 31 de Janeiro de 2011.